



MUNICÍPIO DE IPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 1701/2021

SÚMULA: ALTERA A LEI MUNICIPAL 849/2007, DE 27 DE ABRIL DE 2007, NOS SEUS ARTIGOS 10 E 17 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º - Altera o artigo 10 da Lei Municipal nº 849/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, elegerá dentre seus membros, obtendo o quórum de 2/3 (dois terços) dos titulares presentes à sessão plenária, o seu Presidente e seu Vice-Presidente.

Art. 2º - Altera o artigo 17 da Lei Municipal nº 849/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 17 - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, será acompanhado pelo CMDCA, como órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador tendo como Gestor o(a) Secretário (a), da pasta responsável pela política dos direitos da Criança e do Adolescente no Município de Iporã, Estado do Paraná, e pelo Chefe do Poder Executivo ou outro por ele designado.

Parágrafo único. O(a) Secretário(a) responsável pela política dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Iporã, Estado do Paraná, será nomeado(a) por portaria do Executivo Municipal, como gestor(a) do FMDCA, sem remuneração.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte um.

Publicado (a) no Diário Oficial dos
Municípios do Paraná

Órgão Oficial do Município de Iporã

Edição nº. 2229 Página 144 Ano: X

Data: 25/03/2021

SÉRGIO LUIZ BORGES
PREFEITO MUNICIPAL

CNPJ: 23.524.563/0001-84

OBJETO: Locação de imóvel, constituído de 9 (nove) salas no primeiro pavimento do Edifício Perola na Rua Dezenove de Dezembro, nº 280 – Bairro Centro, destinado a atividade Administrativa e Ambulatório Médico de Especialidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMCESPAR.

VALOR ESTIMADO: R\$ 6.631,56 (seis mil, seiscentos e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos) mensais, perfazendo o valor total R\$ 79.578,72 (setenta e nove mil, quinhentos e setenta e oito reais e setenta e dois centavos).

PRAZO: 10/03/2021 a 10/03/2022

Unidade: 01 – CIS/AMCESPAR

Dotação Orçamentária:

01.100.

10.122.0001.2001.3.3.90.39.0000 Fonte 365

DATA DA ASSINATURA: Irati, 10 de março de 2021.

FORO: IRATI – PR

CIS/AMCESPAR

Contratante

PANKA IMÓVEIS LTDA

Contratada

Publicado por:

Daniele

Código Identificador:33508F43

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1701/2021

SÚMULA: ALTERA A LEI MUNICIPAL 849/2007, DE 27 DE ABRIL DE 2007, NOS SEUS ARTIGOS 10 E 17 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º - Altera o artigo 10 da Lei Municipal nº 849/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, elegerá dentre seus membros, obtendo o quórum de 2/3 (dois terços) dos titulares presentes à sessão plenária, o seu Presidente e seu Vice-Presidente.

Art. 2º - Altera o artigo 17 da Lei Municipal nº 849/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 17 - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, será acompanhado pelo CMDCA, como órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador tendo como Gestor o(a) Secretário(a), da pasta responsável pela política dos direitos da Criança e do Adolescente no Município de Iporã, Estado do Paraná, e pelo Chefe do Poder Executivo ou outro por ele designado.

Parágrafo único. O(a) Secretário(a) responsável pela política dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Iporã, Estado do Paraná, será nomeado(a) por portaria do Executivo Municipal, como gestor(a) do FMDCA, sem remuneração.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte um.

SÉRGIO LUIZ BORGES

Prefeito Municipal

Publicado por:

Rosane Silva dos Santos

Código Identificador:0B98BC7F

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1702/2021

SÚMULA: INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA E O RESPECTIVO FUNDO MUNICIPAL DO TRABALHO DO MUNICÍPIO DE IPORÃ-PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI.

CAPÍTULO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA – COMTER

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Iporã/PR, o Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda – COMTER, órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo e fiscalizador, com a finalidade de estabelecer, acompanhar e avaliar a Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, propondo as medidas necessárias para o desenvolvimento e gestão do sistema público de emprego.

Parágrafo único. O Conselho Municipal será vinculado ao órgão responsável pela execução da Política do Trabalho, Emprego e Renda do Município.

Art. 2º - Ao Conselho do Trabalho, Emprego e Renda – COMTER compete:

I - aprovar o seu Regimento Interno e submeter à homologação do Conselho Estadual do Trabalho;

II - acompanhar, fiscalizar e aprovar o relatório de gestão do SINE, observando as diretrizes e normas emanadas pelo CODEFAT e pelo órgão federal responsável pela Política do Trabalho, Emprego e Renda;

III - deliberar acerca da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, em consonância à Política Estadual e Nacional;

IV - apreciar e aprovar o Plano de Ações e Serviços, a ser encaminhado pelo órgão responsável pela execução da Política do Trabalho, Emprego e Renda do Município;

V - acompanhar, controlar e fiscalizar a execução da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, conforme normas e regulamentos vigentes;

VI - apreciar e aprovar o relatório de gestão anual e a prestação de contas anual do órgão responsável pela execução da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda;

VII - apreciar e aprovar relatório de gestão anual que comprove a execução das ações relativas à utilização dos recursos do Fundo do Trabalho do Município;

VIII - analisar as tendências do sistema produtivo no âmbito do Município e seus reflexos na criação de postos de trabalho;

IX - participar da elaboração das políticas públicas de fomento e geração de oportunidades de emprego e renda para o jovem no Município, de acordo com os critérios definidos pelo CODEFAT –